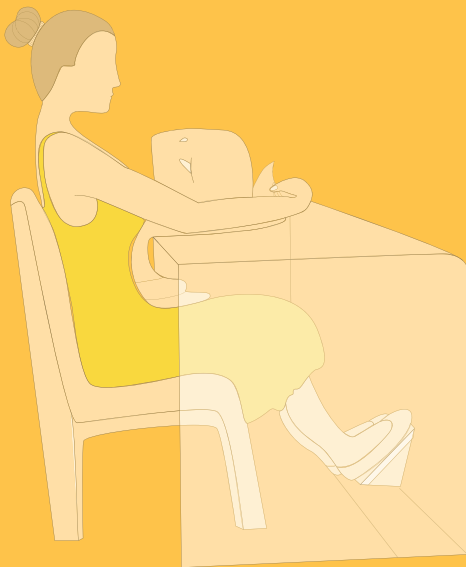
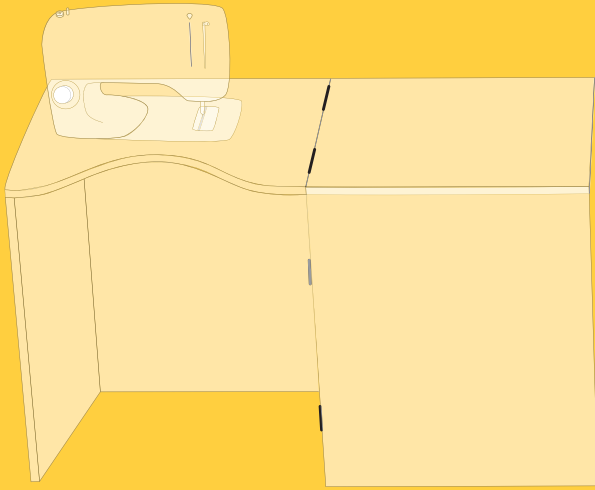
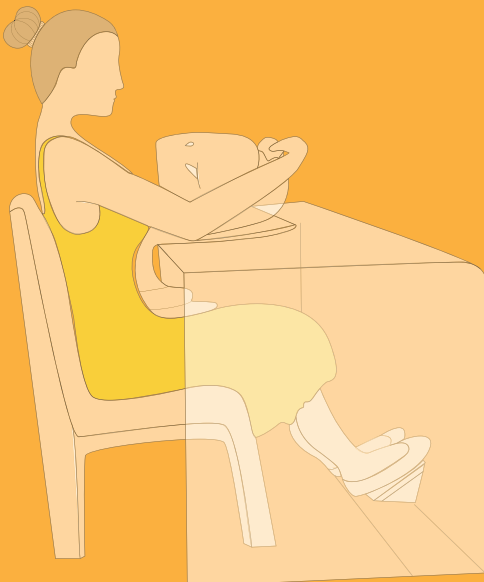




ABSTRACT This article aims at presenting the project *Lieux de Savoir*, an innovative interdisciplinary theoretical entrepreneurship that distances itself from a limited, hierarchized and disciplinary notion of science to embrace a historical-anthropological oriented approach of human knowledge. From this perspective, the text highlights different practices of social production of knowledge in a more pluralistic perspective: as cognitive operations of production and dissemination of knowledge; as specific forms of social organization of space, communities and institutions; and as forms of social validation of knowledge and the consequent paradigms of knowledge that come out of these practices.



RETORNO AOS *LUGARES DE SABER*

CHRISTIAN JACOB

Diretor de Estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS)

Tradução de Jacyntho Lins Brandão

Professor Titular da Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O que poderia ser uma antropologia histórica dos saberes humanos que considerasse menos seus conteúdos do que o conjunto das práticas que os produzem, comunicam e transmitem? Como restituir aos saberes sua dimensão prática, vivida, material e social, como dar conta da singularidade e riqueza das atividades e, muitas vezes, dos modos de vida de seus atores?

Essas questões me perseguem há anos e conduziram-me ao projeto de uma exploração de grande amplitude nesse campo, com outros eventuais pesquisadores que aceitaram realizar comigo os *Lugares de saber* (JACOB, 2007; 2011).

De Alexandria aos Lugares de saber

Por que tal projeto? Uma das chaves encontra-se, sem dúvida, em meu percurso pessoal: helenista e historiador da Antiguidade, minhas primeiras pesquisas trataram de uma cultura desaparecida, pela mediação de textos que chegaram até nós. Trabalhar a biblioteca grega e romana é afrontar a distância imposta por uma língua, não só em sua gramaticalidade, mas também em suas categorias semânticas. É situar-se numa tradição erudita que remonta a Alexandria e Bizâncio: há poucas palavras que não foram parafraseadas nos léxicos, poucas frases que não fo-

ram esclarecidas por diferentes saberes, a história, a hermenêutica literária, a filosofia, as ciências. Os dicionários tanto quanto os comentários, as enciclopédias tanto quanto a imensa bibliografia moderna estendem a teia de uma erudição labiríntica sobre as fontes antigas.

A formação literária e filológica que recebi dotou-me de um certo número de técnicas intelectuais, a explicação, o comentário, a discussão crítica. Tanto fazia que se tratasse de um poema de Baudelaire ou de uma cena de Sófocles, bastava reproduzir os protocolos bem estabelecidos, regidos pela formalidade dos exercícios universitários.

Eu descobria uma abordagem nova que afirmava a alteridade do mundo grego, a necessidade de um esforço intelectual para ir além do espelho da identidade e penetrar nas profundezas de uma civilização, de uma sociedade, de uma cultura diferentes das nossas

Minha decisão de tornar-me um helenista remonta ao princípio de minha aprendizagem da língua grega no liceu. Eu estava fascinado pela descoberta de um mundo novo, a beleza de uma língua e de uma literatura, a magnificência de uma civilização ao mesmo tempo próxima e distante. Sem dúvida, eu era sensível também à busca da origem e das raízes de nossa cultura, ao espelho humanista que convidava a reconhecer o mesmo mais do que o outro, as continuidades mais do que as diferenças, em Homero ou nos trágicos, nos líricos ou em Platão.

Distanciei-me logo da abordagem identitária, genealógica e especulativa da civilização grega, abordagem que constituía então o modelo universitário dominante. Parecia-me que a rotina dos

exercícios e dos comentários acadêmicos deixava escapar o sentido dos textos como areia entre os dedos. Sem dúvida, também porque as edições François Maspero me fizeram descobrir uma visão inovadora, quicá herética, dos mundos antigos: a de Jean-Pierre Vernant (1965), com os dois volumes de *Mythe et pensée chez les Grecs*, a de Marcel Detienne (1967), com *Les maîtres de vérité dans la Grèce archaïque*.

Para o estudante que eu era, os escritos de Jean-Pierre Vernant, de Marcel Detienne e de Pierre Vidal Naquet foram como os fios de Ariadne que me permitiram

sair da rotina dos estudos clássicos na sua versão mais acadêmica. Eu descobria uma abordagem nova que afirmava a alteridade do mundo grego, a necessidade de um esforço intelectual para ir além do espelho da identidade e penetrar nas profundezas de uma civilização, de uma sociedade, de uma cultura diferentes das nossas. Passar para o outro lado do espelho implicava a experiência de um desconcerto profundo: não era mais a Grécia dos exercícios de tradução comentada dos concursos universitários... Era um universo de pensamento, uma sociedade outra, um mundo onde o próprio homem era diferente em sua estrutura psicológica, em sua vida social, em suas práticas tanto quanto em suas crenças. Quer se tratasse das categorias mentais do homem grego, dos laços entre mito e pensamento, mito e tragédia, mito e sociedade ou, ainda, do sacrifício, da guerra, da adivinhação, os trabalhos dessa “escola de Paris” devolviam a essa civilização sua estranheza, suas diferenças, sua especificidade: tornava-a um mundo apaixonante a ser explorado.

Apreendi com meus mestres a arte da problematização e da comparação, uma leitura dos textos atenta aos jogos de ecos semânticos e às metáforas, o prazer igualmente de trabalhar em equipe, partilhando olhares e competências. Também dimensioneï, graças a eles, a riqueza da biblioteca dos textos gregos e latinos conservados, avançando muito além dos autores que constituem hoje as antologias escolares: fragmentos dos historiadores, fragmentos dos filósofos, léxicos, tratados enciclopédicos e científicos, escólios das grandes obras literárias. O ato de pôr em relação todos esses textos permitia reviver saberes antigos esquecidos, saberes sobre as plantas e as pedras, os animais e as estrelas, os elementos naturais e as paisagens.

Senti, todavia, uma falta, um ângulo morto nas abordagens, por mais heurísticas que fossem. Os textos eram considerados sobretudo como fontes documentais, como testemunhos cuja reunião permitia desdobrar de novo os sistemas de representação, a arquitetura dos saberes gregos sobre o mundo, saberes de que se podia medir a ascendência sobre o conjunto da cultura antiga, de Homero aos poetas latinos da época imperial. Eu me interrogava sobre os protocolos de leitura postos em prática nesse procedimento de inspiração estruturalista que privilegiava, muitas vezes, o sistema subjacente mais que a superfície dos textos, os dados mais que seu suporte ou as modalidades de sua enunciação.

Certos pesquisadores do Centro de Pesquisas Comparadas sobre as Sociedades Antigas haviam, entretanto, refletido sobre o estatuto da poesia arcaica, sobre a emergência do *poietés* cinzelando as palavras como um artesão para, em seguida, vender o resultado de seu trabalho, sobre o estatuto da verdade e da memória, sobre

1 • Além de *Maîtres de vérité*, de Marcel Detienne (op. cit.), ver Svenbro (1984; 1988) e Hartog (2001).

2 • Essa reflexão foi especialmente desenvolvida no grupo de trabalho sobre “Leitura de dados assistida por computador” (PLAO), coordenado por Alain Giffard e Bernard Stiegler, no contexto do Estabelecimento público da Biblioteca Nacional da França (1990-1992).

3 • Para as duas vertentes desse trabalho, ver Giard e Jacob (2001) e Jacob (2003).

as representações das práticas de leitura ou, ainda, sobre a escrita da história.¹ Mas ninguém se dedicava ao estudo do funcionamento e da forma das tradições de saber, a uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas escolas filosóficas, pelo Museu de Alexandria, pela erudição enciclopédica helenística e romana na construção, formação e transmissão dos saberes antigos.

Meu projeto foi explorar esse mundo erudito dos viajantes e geógrafos, dos naturalistas e letrados alexandrinos: qual era seu projeto? Como trabalhavam? Que fontes utilizavam e como? Quais eram suas técnicas de leitura e de escrita? Qual era seu instrumental intelectual? A quem suas obras eram destinadas? Esses questionamentos, eu os aplicava a diferentes autores e saberes antigos. Enriqueci-os também de acordo com duas perspectivas complementares. A primeira era reflexiva e dizia respeito às minhas próprias práticas de leitura, de escrita e de pesquisa, ao trabalho estranho de um pesquisador em ciências humanas que consagra seu tempo a aprender, refletir, construir, ler e escrever, a adquirir e a produzir saber.² A segunda foi comparativa e se inscreveu em um trabalho coletivo, feito de encontros, diálogos, reflexões cruzadas, de leituras e escutas partilhadas entre especialistas de diferentes culturas e tradições eruditas, a Mesopotâmia antiga, a China, a Índia, a tradição europeia, o Islã, a tradição judaica.³

Reflexividade, comparatismo: essas duas perspectivas proporcionaram uma desconcertante clareza com relação aos textos e às situações históricas que se achavam no coração de minhas pesquisas. Sem dúvida, tratava-se de introduzir a estranheza, o desconcerto no próprio trabalho especializado, o dos eruditos antigos mas também o meu, com minha biblioteca, minhas fichas, meu computador.

As hipóteses de trabalho na origem dos *Lugares de saber* foram assim progressivamente elaboradas, no curso de seminários, de *workshops* e de colóquios, como os que foram organizados em Paris e em Alexandria, em 2000, tratando do trabalho letrado, considerado em suas duas vertentes: a construção editorial e filológica dos textos; as operações da leitura e do comentário. O que foi então experimentado era uma forma de comparatismo aberto, que mobilizava especialistas em diferentes campos culturais e em diferentes épocas históricas, fazendo convergir os questionamentos teóricos a partir de estudos de caso situados no tempo e no espaço.

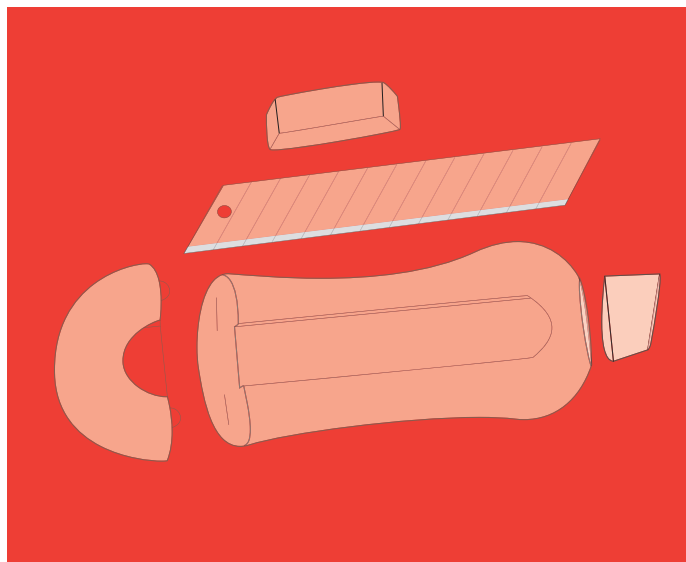
A etapa seguinte tratou de desdobrar o campo de pesquisa mais largo dos *Lugares de saber*, o campo de uma exploração interdisciplinar e comparatista das práticas eruditas, de seus atores e de seus instrumentos.

Lugares de saber: hipóteses constituintes e questões

Na metade do percurso desse projeto editorial (com dois volumes publicados, dois outros a serem elaborados), desejaria retomar o investimento teórico e as hipóteses que estruturam tal empreendimento.

Primeira questão: por que “Lugares de saber” e não “Lugares de ciência”? Escolhendo o termo “saberes”, situamo-nos em um campo mais amplo do que o das ciências, um campo que englobaria os diferentes saberes humanos, as humanidades, as técnicas, a espiritualidade e as próprias ciências, os saberes das sociedades letradas tanto quanto os das sociedades sem escrita. O interesse nesse termo geral e abrangente – “saber” – estava em não impor, logo de início, uma partilha ou identidades disciplinares, não pressupor fronteiras ou uma hierarquia entre diferentes formas de saber. Tratava-se de desdobrar, em toda sua extensão, o território dos saberes humanos em sua imensa variedade, em suas diferenças, mas também naquilo que fundamentalmente os ata. Definimos os “saberes” como o conjunto de procedimentos pelos quais os membros de uma sociedade, ou de um grupo nessa sociedade, dão sentido ao mundo que os cerca, em suas dimensões físicas e metafísicas, visíveis e invisíveis, ao mundo dos seres vivos ou da matéria inerte, ao mundo humano em todas as suas dimensões, ao tempo e ao espaço. Esses procedimentos materializam-se na linguagem, nas formas discursivas, no manejo dos signos e dos símbolos, nos artefatos, nos instrumentos, nos gestos e nas práticas que pretendem agir sobre esse mundo (por exemplo, construir, fabricar, cuidar, caçar, cultivar a terra...).

Essa definição abrangente não põe no centro da investigação um modelo de racionalidade, uma forma de técnica, o critério do domínio da escrita, nem uma forma de saber baseado na matematização e na experimentação. Pelo contrário, ela desdobra o campo de uma antropologia comparada dos saberes, concebidos como um componente fundamental da experiência das sociedades humanas. Existem so-



LÉO RUAS

ciedades sem saberes? Mesmo o grupo humano mais recuado na floresta amazônica dispõe de múltiplos saberes necessários à sua sobrevivência e à organização simbólica de seu universo: saberes sobre os vegetais e os animais, saberes sobre o céu e as trilhas, saberes xamânicos e saberes técnicos, etc. A linguagem implica uma organização cognitiva do mundo, tanto por seus recortes lexicais quanto por suas estruturas sintáticas, portadoras de uma concepção de causalidade, de ação, de tempo, de pessoa. Esses saberes, as práticas específicas que os acompanham, os papéis sociais que eles distribuem dizem respeito à antropologia do mesmo modo que as regras de etiqueta, as estruturas de parentesco, os adornos corporais ou os ritos

Por que ‘lugares de saber’ e não ‘história dos saberes’?
Tratava-se de escapar do modelo da enciclopédia ou de uma narrativa histórica contínua, de não levantar, logo de início, as questões da evolução, do progresso, da finalidade dos saberes

funerários. Estes diferentes aspectos da vida coletiva e individual, por sua vez, repousam também eles em saberes partilhados, adquiridos, formalizados por regras implícitas ou explícitas e transmitidos. Pode-se perguntar o que, na experiência humana, não põe em causa os saberes: sempre que há linguagem, comunicação, organização, transmissão e aprendizagem, os saberes estão em jogo. O livro da etnóloga francesa Yvonne Verdier, *Façons de dire, façons de faire: La laveuse, la couturière et la cuisinière* (Paris: Gallimard, 1979), descreve com precisão os saberes das mulheres na vila de Minot (Côte d’Or), com seu ritualismo e sua função social, com sua técnica e sua riqueza simbólica: saberes do quotidiano bem como das ocasiões festivas, que estabelecem o ritmo do tempo e da vida da comunidade. Os saberes e o saber-fazer da cozinha, da lavagem das roupas e da costura organizam uma cosmologia, contribuem para uma ordem do mundo seguindo regras não-escritas, como fazem o cientista em seu laboratório ou o erudito em sua biblioteca.

Segunda questão: por que “lugares de saber” e não “história dos saberes”? Tratava-se de escapar do modelo da enciclopédia ou de uma narrativa histórica contínua, de não levantar, logo de início, as questões da evolução, do progresso, da finalidade dos saberes. O precedente do *Lugares de memória*, o grande projeto historiográfico dirigido por Pierre Nora, sugeriu-nos o modelo de uma obra construída em muitos volumes, organizada conforme um plano temático, que buscasse apreender os

modos de inscrição, de materialização, de fixação não de um país, de uma tradição republicana ou de uma identidade nacional, mas dos saberes em todas as culturas humanas. O *Lugares do saber* desdobra, portanto, uma topografia descontínua, mas articulada e hierarquizada, organizada em níveis sucessivos e desdobrando-se em diferentes escalas. Por exemplo, a nota de pé-de-página, a página de um livro, o livro inteiro, a biblioteca em que se situa o livro, o palácio ou a universidade nos quais se encontra a biblioteca, a cidade que o cerca são lugares de saber embutidos uns nos outros. Do mesmo modo, o livro e a folha de papel, a mesa de trabalho, o escritório em que ela se encontra, a casa e a cidade que o englobam. O microscópio, o piano do músico, o martelo do operário são também lugares de saber, repousando na habilidade da mão e no domínio do gesto. Certos lugares de saber são objetos, outros são seres vivos, como um mestre, um poeta, um adivinho, um técnico, um cientista. Certos lugares de saber são fixos, estáveis, permanentes: o laboratório, o museu, a sala de seminários, a biblioteca. Outros são provisórios, efêmeros, existem o tempo de uma ação particular: as lâminas preparadas para o microscópio, as notas em uma caderneta, uma configuração de objetos lançados ao solo no caso do adivinho. Os lugares de saber podem pois ser espaços arquitetônicos ou urbanos, desenhos, textos ou discursos, instrumentos, gestos, situações sociais, como, por exemplo, uma reunião, uma discussão, um ensinamento.

A tônica posta nos “lugares” tem uma outra consequência: privilegiar uma forma de micro-história (REVEL, 1996) da antropologia do local e do singular, mais do que as vastas sínteses de uma enciclopédia. O objetivo era mesmo chamar a atenção para dispositivos ou procedimentos situados em um lugar e em um momento dados, prender-nos a atores dedicados a tarefas particulares, em seu contexto social e material. Em resumo, tratava-se de observar as modalidades de produção e partilha social dos saberes através dos gestos e dos instrumentos dos diferentes atores implicados nesses processos, de partir de um estudo de caso tão circunscrito quanto possível.

Para desenvolver a abordagem antropológica desse campo de atividades e de experiências que designamos com o termo abrangente de “saberes”, escolhemos quatro perspectivas complementares, que presidem ao recorte temático dos quatro volumes dos *Lugares de saber*. A primeira foi consagrada aos espaços e às comunidades (como os atores dos saberes lidam com lugares e corpos, como se fixam em um lugar particular, como organizam o espaço, como circulam de um lugar para o outro? Por que e como se agrupam em comunidades, como essas comunidades se

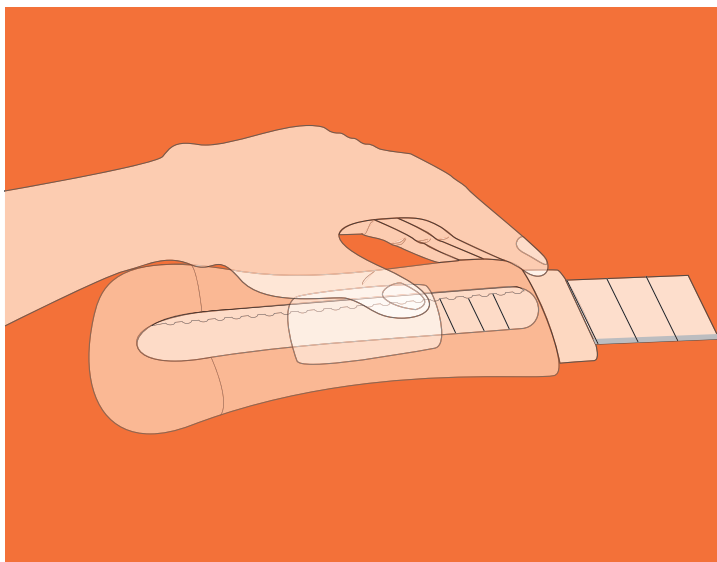
tornam instituições?). A segunda, às operações eruditas, em seus componentes manuais, gráficos e discursivos, e mentais. O terceiro volume (em vias de elaboração) tratará das formas de validação social dos saberes, de sua circulação e transmissão, especialmente por meio do ensino e da difusão escrita. O quarto e último volume reintroduzirá a historicidade, prendendo-se aos diferentes paradigmas que organizam os saberes de uma sociedade em uma dada época, bem como aos modelos espaciais que os organizam. Esse recorte *a priori* tem uma perspectiva experimental: a quais formas de visibilidade e de inteligibilidade podemos aceder quanto consideramos um saber particular, situado no tempo e no espaço, do ponto de vista dos lugares que ele organiza, dos atores individuais ou coletivos que o manejam, das operações que o produzem, comunicam e transmitem?

Terceira questão: a tônica posta na sincronia, nos dois primeiros volumes já feitos, levanta a questão do lugar da história no conjunto do projeto *Lugares de saber*: muito bem, ela é apresentada sob a forma da contextualização cultural, social, política, geográfica e tecnológica, mas a questão da evolução, da mudança, da ruptura e mesmo da revolução não é diretamente abordada. É preciso afrontá-la necessariamente no terceiro e no quarto volume. Um dos efeitos benéficos, neste estágio, é o de não haver introduzido uma perspectiva teleológica no progresso dos saberes, no fato de que alguns deles dão lugar a uma tradição secular, enquanto outros se desfazem rapidamente; ou, ainda, no fato de que alguns deles se difundem e se tornam dominantes, mesmo universais, enquanto outros permanecem limitados a um lugar particular, sem ultrapassar as fronteiras de uma língua, de uma organização social, de uma religião. Os *Lugares de saber* mantêm-se também separados da história global, já que a descontinuidade e a ancoragem no local estão no fundamento do projeto e não se trata de traçar evoluções paralelas ou transferências maciças entre os diferentes domínios culturais ao longo da história.

Quarta questão: não ficamos expostos ao risco do relativismo ao pormos, em um mesmo plano, saberes muito diferentes, sem levar em conta as diferenças de estatuto, de alcance e de eficácia que podem existir, por exemplo, entre as práticas de um marabuto africano e a de um médico em um grande hospital ocidental? A comparação não visa a negar as diferenças, mas precisamente a identificá-las e a introduzir a complexidade em clivagens excessivamente simples. O curandeiro de uma vila africana exerce seu ofício em um meio social, em um mundo visível e invisível, segundo categorias e com instrumentos que não têm nada a ver com o suporte técnico e com a farmacopeia de um médico ocidental. Um e outro, todavia,

reconhecem em si um certo tipo de saber e de saber-fazer, uma certa forma de eficácia nos casos de que tratam. A comparação leva então a analisar modelos diferentes de causalidade, de sintoma, de diagnóstico, de tratamento, diversas maneiras de mobilizar entidades ativas, como os micróbios ou os espíritos dos ancestrais. Longe de tornar tudo equivalente, a comparação evidencia esferas de ação particulares, cosmologias diferentes, configurações epistêmicas e práticas singulares. Como Jean-Pierre Vernant observou desde o início de nosso projeto, os *Lugares de saber* visam a comparar os regimes de verdade – alguns locais, outros universais – que repousam em práticas e procedimentos de validação particulares, mobilizando também ontologias e cosmologias diferentes.

Uma última questão diz respeito ao recorte temático no interior de cada volume e à sucessão dos capítulos: por exemplo, para o volume 2, “Gestos e instrumentos”, “Mesas de trabalho”, “Objetos, traços, signos”, “Visualizar”, “Organizar o espaço do pensamento” etc. Mesmo se o título desses capítulos terminou por evoluir no curso do trabalho editorial, para organizar melhor o agrupamento dos textos, é verdade que procedem de um recorte *a priori* do campo das práticas de saber, refletindo talvez um ponto de vista eurocêntrico e contemporâneo, com os riscos de anacronismo que isso implica. Todavia, mais que de categorias universais que visariam a ajuntar o mesmo e o idêntico, trata-se de proposições destinadas a suscitar efeitos de contraste e de analogia, sem que se tente encontrar um nó profundo, uma essência sob as diferenças de superfície. As situações e os dispositivos descritos nos “estudos de caso” problematizam efetivamente o que os títulos podem ter de muito geral ou de universal. Por sua aproximação experimental, na ausência de toda proximidade histórica ou cultural que justificaria a comparação, os estudos de caso fazem emergir um feixe de questões, abrem pistas de reflexão e contribuem para esclarecer uma questão central: o que é o trabalho especializado, seja ele manual ou intelectual?



LÉO RUAS

Sociologia das ciências, antropologia dos saberes

O projeto de uma antropologia histórica dos saberes humanos repousa efetivamente numa hipótese forte: os saberes se definem não somente por seus conteúdos, mas também pelas práticas que os produzem, que os comunicam e que os transmitem.

Fizemos a escolha de não pôr os conteúdos dos saberes no ponto de partida ou no próprio coração da investigação. Assim, situamo-nos fora do campo de uma história das ideias, dos sistemas filosóficos ou das descobertas científicas. Consideramos os saberes indissociáveis do saber-fazer. Nós os estudamos como construções sociais, produzidas por atores individuais ou por comunidades e instituições. O processo de sua construção toma a forma de cadeias operatórias que podem ser específicas de um saber particular ou constituir uma base partilhada entre diferentes saberes, em uma dada época.

Por “cadeias operatórias”, entendemos sequências de gestos articulados e orientados para a produção de um saber ou, mais exatamente, para a produção de um artefato objetivando esse saber. Este artefato pode ser um enunciado oral ou escrito, um texto, um esquema, uma maquete, um objeto artesanal, a resolução de um problema, uma interpretação, a cura de um doente etc. Os gestos articulados nessas sequências podem ser também posicionamentos do corpo e operações manuais, gestos gráficos e discursivos, operações mentais, práticas sociais. Esses diferentes componentes delimitam o campo de observação da antropologia dos saberes.

Consideramos, portanto, a gênese dos saberes como um elemento de inteligibilidade dos artefatos produzidos, quer se trate de um tratado erudito, de um mapa, de um quadro de estatísticas, de uma obra musical ou de uma mandala tibetana; do mesmo modo, os saberes se definem também pelas modalidades de sua recepção, por todas as práticas de desempenho em sua transmissão e circulação social. É evidente que a fabricação de uma mesa ou o preparo de um prato pressupõem um saber-fazer, instrumentos e materiais, uma sequência de etapas que implica em gestos particulares. Essas etapas práticas envolvendo o manejo dos instrumentos e dos materiais, o processo mesmo da fabricação, parecem-nos inteiramente fundamentais nos saberes categorizados como intelectuais ou científicos: a solução de um problema matemático, a descoberta de uma lei natural, a interpretação de um texto ou uma tradução implicam diferentes operações manuais, gráficas, mentais, quer se

trate de tomar notas, de manejar livros ou de fazer uma experiência em laboratório.

Situamo-nos aqui no domínio da sociologia das ciências, em particular da abordagem etnográfica dos laboratórios.⁴ A novidade dessa corrente consiste em esclarecer o processo de trabalho científico pela observação das operações e das interações de todos os atores reunidos no laboratório e não somente pela análise dos resultados de suas pesquisas, pelo artigo publicado numa revista científica ou pelos comentários que eles possam produzir sobre sua própria prática. Isso leva, pois, a reconhecer a importância das operações rotineiras, da manipulação de instrumentos e amostras, do uso de equipamentos técnicos ou, ainda, das interações sociais informais e formais no interior do laboratório. O observador pode assim confrontar o comentário reflexivo dos atores sobre suas práticas ou a ficção retrospectiva da gênese de uma descoberta com o desenrolar das operações observadas no dia a dia, no espaço do laboratório.

Portanto, esse tipo de abordagem etnográfica considera o laboratório científico como um espaço onde diferentes atores interagem, atores humanos, atores não-humanos como as substâncias e as amostras observadas, os equipamentos técnicos, microscópios, produtores de inscrições, computadores. A repartição de funções bem como seu desenvolvimento constituem os elementos estruturadores da vida em laboratório. A ciência se constrói nos gestos rotineiros, nas conversas informais, cadernetas de anotações, nos instrumentos de medida e de observação e nos artefatos que eles produzem: esquemas, visualizações, medidas, estatísticas. Do mesmo modo, a cooperação dos diferentes atores, pesquisadores, estudantes de doutorado e pós-doutorado, técnicos, pessoal administrativo, diretor de laboratório, tutelas e organismos de financiamento desempenham um papel central no desenvolvimento do trabalho científico. Enfim, os resultados e as hipóteses são válidos quando publicados e aceitos pela comunidade científica, após terem passado por um comitê de *peer reviewing*, por testes de reprodutibilidade e de falsificação de resultados.

4 • O livro fundador é *La vie de laboratoire: La production des faits scientifiques* (LATOUR; WOOLGAR, 1989).

Consideramos
os saberes
indissociáveis do
saber-fazer. Nós
os estudamos
como construções
sociais, produzidas
por atores
individuais ou por
comunidades e
instituições

O projeto *Lugares de saber* visa a aplicar este protocolo de pesquisa para além da ciência, no campo das humanidades e das ciências sociais, das técnicas e dos saberes do espírito. Uma biblioteca, uma sala de seminários, o escritório pessoal de um pesquisador, um museu, um ateliê, um mosteiro prestam-se a procedimentos análogos com relação ao meio arquitetônico e material, às práticas, aos atores e às modalidades de interação. É assim, por exemplo, que Bruno Latour (2004) fez recentemente uma pesquisa etnográfica sobre o Conselho de Estado na França. Quando se trata dos lugares de saber contemporâneos, a observação direta é possível. Para os lugares de saber do passado, a observação deve ser mediada pela fontes documentais, como a iconografia ou os textos escritos, oferecendo diferentes ângulos de visão e de reflexividade sobre as práticas e os atores de um saber particular. A mediação se torna ela própria objeto de análise, em suas escolhas, seus pressupostos, sua *mise en scène*, seus silêncios.

Considera-se, tradicionalmente, que a história das ciências está cindida em duas correntes que traduzem escolhas epistemológicas fortes: uma abordagem interna e uma abordagem externa. A primeira põe em evidência a lógica interna, o desenvolvimento intelectual de uma disciplina, os motores conceituais de sua evolução, de seu progresso, bem como de suas fases de estagnação; a segunda privilegia os fatores externos, ligados ao contexto social, aos jogos de poder, à administração e à política da ciência. A antropologia dos saberes, de uma certa maneira, ultrapassa essa clivagem, pois deseja esclarecer a gênese dos artefatos que materializam um certo saber, quer se trate de um texto, de uma imagem, de um objeto material ou ainda de uma performance artística. Ela se congrega assim com certos aspectos da crítica genética de textos literários, que se dedica a reconstituir o processo de redação das obras a partir de todas as suas etapas intermediárias, das ideias iniciais aos rascunhos e, em seguida, às provas tipográficas. A própria materialidade dos suportes e das formas gráficas é assim suscetível de esclarecer um trabalho com a língua e com a escrita, o canteiro de obras da redação de um texto, com suas hesitações, sua reflexividade, suas exigências formais. Do mesmo modo, as cadernetas de campo ou de laboratório permitem que se siga a gênese de um texto de saber a partir de observações empíricas locais, assim como da sequência de transformações que conduzirão à afirmação de um resultado de alcance geral.

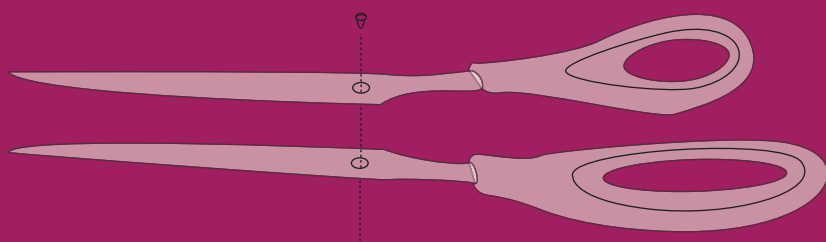
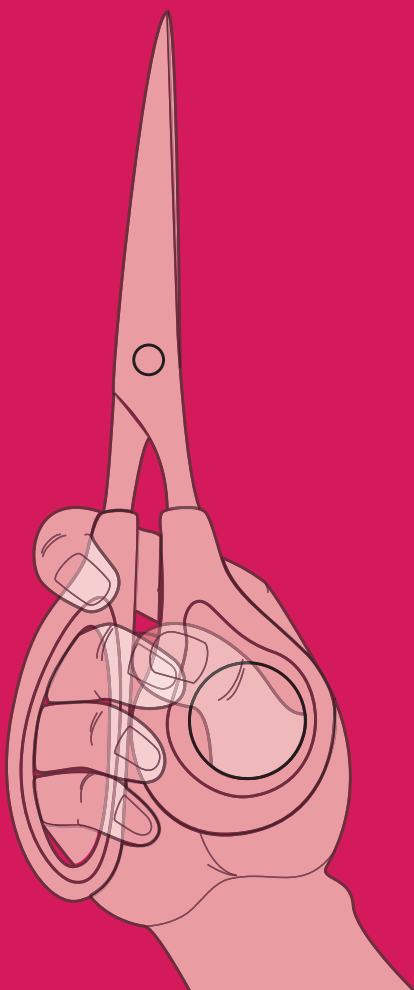
A antropologia dos saberes interessa-se, desse modo, pelos processos, pelas sequências de operações, pelas dinâmicas que conduzem à produção de um artefato, que pode ser um texto, um discurso, um esquema, um conceito, uma interpretação, uma teoria, um fato científico.

Os gestos da inteligência, a inteligência dos gestos

Dinâmicas: esse é bem o objeto fundamental deste projeto. Não há saberes sem dinâmicas, sem sequências de operações, sem construção ou apropriação. Produzir saberes, comunicá-los, transmiti-los, bem como recebê-los e apropriar-se deles: processos que implicam gestos que, ao mesmo tempo, manejam suportes e instrumentos, operações intelectuais e interações sociais. Esses gestos, essas operações, essas interações são reguladas por códigos sociais, determinados por usos comunitários, inculcados por aprendizagens disciplinares, verificados.

Desejo retomar a hipótese central do segundo volume, *As mãos e o intelecto*: a existência de um *continuum* entre as mãos e o espírito, entre os gestos e o pensamento.

Um de meus pontos de partida foi a antropologia fundamental desenvolvida pelo especialista francês em pré-história, André Leroi-Gourhan (1964; 1965), em sua magnífica obra intitulada *O gesto e a palavra*. Segundo ele, o umbral da hominização foi ultrapassado quando os membros anteriores se libertaram de sua função de locomoção, o que nos permitiu ficar de pé e exibir a face e a caixa craniana. As mãos tornaram-se assim disponíveis para novas funções de apreensão e para a fabricação de utensílios, mas também para a produção de signos, com as primeiras representações simbólicas e, mais tarde, a escrita. Os utensílios e as armas em pedra e madeira talhada são os prolongamentos dos braços humanos, dos quais multiplicam a força, a dimensão, a eficácia. São também a materialização de um esquema intelectual, de uma ideia, pois o artesão vê em pensamento, no bloco de pedra bruta, os utensílios que dele pode tirar. Escolhendo o ponto e o ângulo de choque, ele antecipa os efeitos, o desenrolar do processo de talhe. A mão é bem o prolongamento, a expressão do pensamento: ela coordena uma sequência de gestos no processo de fabricação planejada. O fato de que o mesmo tipo de utensílio tenha sido descoberto em áreas geográficas extensas sugere que aquelas técnicas de fabricação foram aprendidas, transmitidas e postas em circulação: as fases sucessivas do Paleolítico são identificadas conforme a existência dos utensílios característicos, eles próprios chamados de acordo com sítios arqueológicos particularmente representativos: acheuliano, musteriense, técnica Levallois, solutrense etc. Armas e utensílios fabricados em série de acordo com modelos, correspondendo ao mesmo tempo a uma tipologia funcional e a uma sequência de gestos.



De maneira análoga, o saber-fazer do artesão, do artista, do técnico traduz igualmente em gestos a compreensão mental do esquema de montagem ou de desmontagem de um mecanismo, a leitura de uma partitura musical, o motivo ou o conceito de um quadro.⁵ O trabalho de laboratório, o processo de experimentação repousa na inteligência da mão que sabe manejar as amostras, regular as máquinas, provocar a reação das substâncias, interagir com o invisível. Do mesmo modo, uma interpretação musical se dá no contato da mão com o instrumento, na pressão e velocidade dos dedos num teclado ou nas cordas. A mão que escreve traduz em signos e torna objetivo um fluxo de pensamento e linguagem: ela o formata em estruturas sintáticas, em uma ordem tipográfica que recorta e dá ritmo ao discurso. Ela pode tentar seguir o desenrolar desse pensamento em sua rapidez, recorrendo a abreviações, a signos gráficos diversos que simbolizam relações lógicas, a uma ordenação (por exemplo, sob a forma de uma hierarquia). Do mesmo modo, a mão do orador é movida por uma gestualidade particular, que pontua, designa, abre ou fecha o discurso, divide as etapas de um raciocínio, reforça a pragmática da palavra que persuade, explica, acusa, defende. É difícil distinguir o gesto do pensamento, o mental de sua projeção material, a tal ponto eles são determinados um pelo outro: o pensamento estrutura-se, objetiva-se na escrita, a representação da obra musical e a intencionalidade de sua interpretação objetivam-se no manejo dos instrumentos.

Simetricamente, as operações do pensamento são frequentemente designadas por metáforas do manejo e do trabalho manual: por exemplo, em francês, fala-se em construir um raciocínio, pegar um problema, virá-lo e revirá-lo em todos os sentidos, olhar uma questão de todos os ângulos, contornar uma dificuldade, abrir algo misterioso, fazer sondagens em um *corpus*, cavar um assunto, esquadrihar um domínio, aproximar os fatos, pôr em ordem as ideias, estabelecer os alicerces de um projeto etc. Essas metáforas operativas sugerem que um dos modos de reflexão sobre nossas operações de pensamento pode ser o mundo técnico ao

5 • Ver o belo livro de Sennett (2010), intitulado *Ce que Sait la Main: La Culture de l'Artisanat*.



LÉO RUAS

qual pertencemos. Falamos, por exemplo, de “pavimentar” uma argumentação. Os poetas gregos do VI e do V século a. C., preocupados em inscrever-se em um novo modelo econômico para viver de sua arte, renunciavam à mitologia do aedo, inspirado pelas Musas, para promover a do artesão que trabalha seus textos como outros tecem um tecido, cinzelam o metal, ajuntam a madeira. Escrever um poema é fabricar um artefato e vendê-lo a um comanditário no contexto de uma transação comercial.

A linguagem, o pensamento, a memória são funções que se podem estudar em seus fundamentos neurológicos, através de sua localização em diferentes zonas do cérebro humano. Este é o projeto das ciências cognitivas, as quais permitem compreender essas diferentes funções, tanto em um nível profundo, compartilhado por toda humanidade, como em sua evolução e plasticidade, determinadas pelas diferenças culturais e a especificidade das técnicas educativas. É no nível dessas de-

A hipótese central
da antropologia
histórica dos saberes
é pois que todo
artefato, quer se
trate de um texto,
uma imagem ou
um objeto, guarda
a memória e o
traço das operações
mentais que o
produziram

terminações, dessa especificidade, que se situa a antropologia dos saberes. Enfrentamos menos a questão dos fundamentos neurológicos do que a da formatação cultural das funções cognitivas. O trabalho do historiador e do antropólogo diz respeito à parte daquilo que é adquirido na socialização, na educação, no pertencimento a comunidades particulares, na prática dos saberes e de formas discursivas reguladas por códigos culturais específicos. Não temos nenhum meio para analisar e mensurar as conexões e os processos mentais que poderiam ser desencadeados no interior do cérebro de Aristóteles no século IV antes de nossa era. Por outro lado, os escritos que lhe são atribuídos permitem que se observe um pensamento em movimento e em trabalho, materializado em uma língua, uma escrita, ins-

crito em diferentes tipos de discurso. O estudo dos textos permite identificar o que Aristóteles partilhava com seus contemporâneos, com o meio ao qual pertencia: uma língua, um vocabulário, uma educação, referências culturais, uma biblioteca, técnicas intelectuais adquiridas por meio de uma educação particular. Ele permite, por igual, que se meça a parte que cabe a um estilo intelectual único, um sistema conceitual singular, um campo pessoal de curiosidade e interesses.

A hipótese central da antropologia histórica dos saberes é pois que todo artefato, quer se trate de um texto, uma imagem ou um objeto, guarda a memória e o traço das operações mentais que o produziram. Essas operações estão escritas e objetivadas no artefato. Estão nele de algum modo codificadas, de forma mais ou menos explícita, mais ou menos reflexiva. Quando esse artefato é utilizado, decriptado, interpretado por um destinatário que pertença à mesma comunidade que compartilha saberes e cultura, que usa a mesma língua, formado segundo as mesmas práticas educativas, essas operações podem parecer transparentes, sem problemas, salvo em situações de controle comunitário, nas quais se deve assegurar sua correção (por exemplo, nos exercícios e exames escolares). Por outro lado, quando este efeito de imediatismo e transparência é desmembrado por um esforço crítico e hermenêutico, pela distância temporal (a do leitor de hoje), é possível fazer com que reapareça toda sua singularidade, sua ancoragem em uma cultura e em um meio intelectual particulares. As operações e os procedimentos tornam-se então plenamente visíveis, ao lado dos conteúdos que eles contribuem para construir.

A organização sintática de uma dada língua estrutura a expressão do pensamento, impondo-lhe diferentes esquemas lógicos, causalidade, consequência, coordenação, subordinação, potencial, simulação, afirmação, negação, anterioridade e futuro. Seja na palavra oral seja no texto escrito, a sintaxe implica todo um conjunto de posicionamentos e de operações sobre objetos discursivos. As regras da sintaxe põem em ordem toda descrição, toda narrativa, todo enunciado e impõem ao referente do discurso uma forma de estruturação que pode ser compreendida por todos os locutores de uma língua materna natural. A produção de um discurso, oral ou escrito, aparenta-se assim a um processo de construção, em que diferentes cavilhas lógicas permitem articular proposições e aplicar predicados a objetos. Do mesmo modo, os enunciados podem estar situados em diferentes regimes de verdade pelo uso de modalizações que os ancoram no possível, no impossível, no verdadeiro, no falso, no excepcional ou no geral.

Se a linguística e a lógica formal permitem que se esclareçam esses processos em um nível profundo, nós nos situamos na superfície de discursos particulares, cujos princípios de composição, bem como os modos de enunciação, são regidos por códigos culturais adquiridos por aprendizagem em comunidades determinadas. Em diferentes etapas de sua história, a retórica é um dos lugares em que essas operações foram formalizadas e ensinadas. A retórica é uma técnica da ação pelo viés de uma certa organização do discurso. Ela manifesta sua eficácia agindo no

ouvinte e produzindo nele reações de adesão, de convicção, de incredulidade, de recusa. Ela é também uma técnica que permite reforçar ou enfraquecer argumentos, segundo esquemas lógicos particulares, segundo uma arborescência de possibilidades que podem aplicar-se a toda situação enunciativa particular.

A linguística da enunciação tornou clara a força performativa da linguagem em situações de comunicação: “dizer é fazer”. Essa dimensão pragmática aplica-se tanto ao discurso oral quanto ao texto escrito – e poder-se-ia afirmar semelhantemente: “escrever é fazer”. A antropologia dos saberes visa a identificar as ações, as operações que se observam neste “fazer”. A linguagem, escrita ou falada, apoia-se em um instrumental lógico e intelectual particular, que permite explicar, criticar,

Discursos e textos
eruditos, da mesma
forma que quadros,
mapas, figuras
geométricas e todas
as escritas artificiais,
podem, desde então,
ser consideradas como
laboratórios onde se
realizam diferentes
operações, onde se
manejam diferentes
utensílios

comparar, compreender, considerar como verdadeiro ou falso, como possível ou impossível tal ou tal enunciado. Pode-se ler em certos textos a narrativa de séries de operações que constroem e transformam enunciados por técnicas partilhadas num meio intelectual particular. Se se considera, por exemplo, a descrição do Egito no livro II das *Histórias* de Heródoto, descobre-se um instrumental conceitual particular que permite integrar no campo do dizível e do pensável uma civilização extremamente diferente do mundo grego. A categoria do maravilhoso (*thôma*) funda uma retórica da hipérbole e do paradoxo: no Egito, tudo é maior, desmedido, inexplicável, mais antigo. Como dar sentido a essa alteridade? Heródoto utiliza operadores lógicos como a inversão, que oferece ao leitor ou ao ouvinte grego uma imagem invertida de

seus próprios costumes: entre os egípcios “são as mulheres que vão ao mercado e comercializam animais; os homens ficam em casa e tecem. Ao tecer nos outros países, a trama é conduzida para o alto; no Egito, para baixo. Os homens aí levam o fardo sobre a cabeça; as mulheres sobre os ombros. As mulheres urinam de pé, os homens agachados” (II, 35). Como imaginar o Egito? É a Grécia ao inverso. Mas Heródoto recorre também a conceitos e formas de raciocínio que inscrevem o Egito no espaço de um saber partilhado: o dos primeiros cartógrafos e “físicos”

jônios (Tales, Anaximandro, Hecateu). Para esclarecer o mistério das fontes do Nilo, Heródoto refere-se ao princípio de simetria norte-sul que preside o mapa jônico. As embocaduras do Nilo e do Danúbio estão alinhadas no mesmo eixo norte-sul. Portanto, o curso do Nilo pode ser reconstituído a partir do curso do Danúbio: este último encontrando sua origem no Extremo-Occidente, o Nilo deve também ter sua fonte próxima do Oceano exterior (II, 33). A comparação, a analogia, a força da geometria, o princípio de simetria são operações lógicas e, ao mesmo tempo, intelectuais e discursivas, as quais permitem a Heródoto domesticar a estranheza do Egito, esclarecer o desconhecido pelo conhecido, aplicar aos fenômenos naturais egípcios princípios físicos observados alhures, estabelecer formas de comensurabilidade de distâncias e dimensões entre a Grécia e o Egito.

Discursos e textos eruditos, da mesma forma que quadros, mapas, figuras geométricas e todas as escritas artificiais (da matemática, física, química) podem, desde então, ser consideradas como laboratórios onde se realizam diferentes operações, onde se manejam diferentes utensílios. Alguns desses utensílios são conceitos, modos de raciocínio, esquemas de argumentação, operações lógicas. Outros podem ser objetos materiais – como, por exemplo, um dicionário, os livros de uma biblioteca, instrumentos de observação ou de medida, um computador – que foram utilizados no contexto de uma experiência ou de uma pesquisa da qual se expõem os resultados. Ler esses textos, ouvir esses discursos é seguir os caminhos do pensamento e da linguagem, desenrolar as cadeias de operações, verificar, quando é possível, a adequação dos instrumentos, dos procedimentos utilizados, o rigor dos raciocínios, a pertinência das interpretações, a exatidão dos resultados.

Entre as diferentes formas, os diferentes níveis dos “lugares de saber”, os suportes que permitem a materialização dos saberes têm um lugar central, estratégico. Tendo como objetivo os saberes sob a forma de textos, de inscrições, de artefatos ou de discurso oral, eles permitem sua comunicação, sua circulação social, sua transmissão no espaço e no tempo. Cada cultura, cada sociedade determina as modalidades e a dimensão dessa comunicação, dessa circulação, dessa transmissão. O que faz desses suportes dispositivos eficazes e ativos é o fato de eles terem sido produzidos por cadeias de operações mentais e de linguagem, mobilizando diferentes instrumentos, sua recepção e reativação pelos destinatários repousando em outras cadeias de operações. Ler um texto, ouvir uma epopeia oral, interpretar um mapa, seguir uma argumentação, tentar compreender um texto obscuro, verificar cálculos ou tentar reproduzir um protocolo experimental são uns tantos meios de se apro-



LÉO RUAS

6 • Remetemo-nos aos textos magníficos de Michel de Certeau (1990) em *L'invention du quotidien*.

priar de um saber. Esses diferentes modos de recepção não se reduzem à decodificação dos saberes que teriam sido codificados nos suportes. Eles dizem respeito a uma atividade criadora, que desvia, desloca, amplifica ou metamorfoseia os saberes transmitidos. As operações de leitura, interpretação, compreensão, memorização e aprendizagem põem em jogo múltiplas táticas, formas de saber-fazer lúdicas e criativas, mesmo que ao preço de contrassensos e digressões que podem abrir escapes fecundos nos saberes mais codificados.⁶

Essas proposições de ordem geral convidam a considerar as operações na interface dos saberes objetivados, entre fixação e recepção. Essas operações não resultam de uma gramática cognitiva invariante, mas, ao contrário, são determinadas pelos múltiplos aspectos do contexto cultural e histórico: a repartição social dos saberes,

as instituições e as instâncias de autoridade, as tecnologias de comunicação, a língua e a escrita, a força das tradições. O historiador e o antropólogo não podem estudar senão saberes situados, ancorados em uma sociedade, objetivados em suportes ou encarnados por atores particulares. Tal é a ambição dos *Lugares de saber*, que exploram a mesa de um letrado chinês ou as cadernetas de campo de um antropólogo, os arquivos de Michel Foucault ou o escritório de um arquiteto japonês contemporâneo, diagramas na página de um livro chinês ou a escrita de uma sura do Corão, a oficina de um marceneiro ou o índice de um tratado erudito, a janela de um editor de texto ou o texto de um matemático.

O sentido e a dimensão desta pesquisa polifônica e coletiva tem a capacidade de fazer ressurgir a parte de bricolagem⁷ no manejo dos saberes, de reabilitar o saber-fazer e os torneios de mão nos locais em que certas tradições disciplinares não desejam jogar luz senão na racionalidade do engenheiro, na universalidade da razão, no reino da verdade, na dinâmica teleológica que conduziria todas as ciências pela via do aperfeiçoamento e do progresso. Cada ator dos mundos eruditos, do mais humilde ao mais célebre, constituiu, no decorrer do tempo, seu instrumental pessoal, suas soluções práticas para afrontar ou contornar as dificuldades, sua maneira singular de manejar palavras e coisas, personalizando os procedimentos aprendidos, fazendo circular os conceitos e os métodos, inventando novos usos para instrumentos tradicionais.

Os saberes humanos na sua diversidade, inventividade e criatividade, nos seus fracassos e sucessos, nas suas fulgurações bem como na sua modéstia, são produtos de múltiplas práticas que reúnem, transformam, desviam, adaptam, trabalham os materiais do pensamento e da linguagem. Não há saberes humanos sem este trabalho aquém ou além dos suportes que os objetivam, sem essas operações em que as mãos do intelecto cruzam as do corpo vivo.

7 • Retomamos um conceito que Claude Lévi-Strauss (1962) aplicou ao pensamento mítico.